

**CAPARAÓ**

CNPJ nº 07.063.924/0001-86

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, A PCH Caparaó com capacidade instalada total de 4,5 MW, e energia comercializada anual de 22,27 GWh, beneficiando aproximadamente 34 mil pessoas. A receita bruta de vendas em 2013 foi de R\$ 4,2 milhões, apresentando um lucro líquido da ordem de R\$ 1,5 milhões. À Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/13	31/12/12
Circulante		561	666
Caixa e equivalentes de caixa	5	65	86
Contas a receber	6	480	565
Impostos a compensar		-	5
Despesas antecipadas		16	10
Não circulante		24.477	24.446
Ativos vinculados - BNDES	7	487	530
Impostos e contribuições diferidas	15 e 18	14	-
Imobilizado	8	23.260	23.834
Intangível	9	716	-
Diferido	10	-	82
Total do ativo		25.038	25.112
Passivo			
Circulante		2.933	2.599
Fornecedores		384	957
Financiamentos	12	1.236	1.248
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		6	1
Impostos e contribuições a recolher		40	30
Provisão para férias e 13º salário		17	15
Receita diferida		194	-
Dividendos a pagar	11 e 13	1.056	348
Não circulante		8.062	8.518
Financiamentos	12	7.346	8.518
Provisões para compromissos futuros	21	716	-
Patrimônio líquido	13	14.043	13.995
Capital social		12.741	12.741
Reserva legal		247	173
Reserva especial		-	178
Reserva de retenção de lucro		-	903
Dividendos adicionais propostos		1.055	-
Total do passivo		25.038	25.112

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/13	31/12/12
1. Receita bruta de vendas	15	4.242	4.219
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		4.436	4.219
Ajuste do MRE		(194)	-
2. Insumos adquiridos de terceiros		777	826
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		261	711
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		516	115
3. Valor adicionado bruto (1-2)		3.465	3.393
4. Depreciação e amortização		714	704
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)		2.751	2.689
6. Valor adicionado recebido em transferência		53	70
Receitas financeiras	17	53	70
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)		2.804	2.759
8. Distribuição do valor adicionado		2.804	2.759
Pessoal		213	187
Remuneração direta		173	160
Benefícios		31	19
F.G.T.S		9	8
Impostos, taxas e contribuições		330	335
Federais		325	332
Estaduais		2	2
Municipais		3	1
Remuneração de capitais de terceiros		780	969
Juros	17	759	933
Aluguéis		16	13
Outras		5	23
Remuneração de capitais próprios		1.481	1.268
Dividendos a pagar	13	352	123
Dividendos adicionais propostos		1.055	-
Lucros retidos		74	1.145

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	31/12/13	31/12/12
Receita líquida de vendas	15	4.088	4.065
Custos da venda de energia		(1.655)	(1.625)
Pessoal		(173)	(109)
Meio ambiente		(61)	(100)
Operação		(297)	(293)
Manutenção		(200)	(180)
Taxas setoriais		(21)	(22)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(76)	(89)
Seguros		(42)	(28)
Depreciação e amortização		(714)	(704)
Outros custos		(71)	(100)
Lucro bruto		2.433	2.440
Despesas administrativas	16	(116)	(157)
Pessoal		(85)	(88)
Despesas administrativas e gerais		(24)	(40)
Outras despesas administrativas		(7)	(29)
Lucro antes do resultado financeiro		2.317	2.283
Despesas financeiras	17	(764)	(955)
Receitas financeiras	17	53	70
Resultado financeiro		(711)	(885)
Lucro antes dos impostos		1.606	1.398
Imposto de renda	18	(74)	(78)
Contribuição social	18	(51)	(52)
Lucro líquido do exercício		1.481	1.268
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,2823	0,2417
Quantidade de ações ao final do exercício	13	5.245.272	5.245.272

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	31/12/13	31/12/12
Lucro líquido do exercício	1.481	1.268
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	1.481	1.268

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva especial	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31/12/11	12.741	109	922	-	-	-	13.772	
Dividendos distribuídos	-	-	(922)	-	-	-	(922)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.268	1.268	
Destinações								
Reserva legal	-	64	-	-	-	(64)	-	
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(123)	(123)	
Reserva especial	-	-	-	178	-	(178)	-	
Reserva retenção de lucros	-	-	-	-	903	(903)	-	
Saldos em 31/12/12	12.741	173	-	178	903	-	13.995	
Dividendos pagos	-	-	-	(178)	(903)	-	(1.081)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.481	1.481	
Destinações								
Reserva legal	-	74	-	-	-	(74)	-	
Dividendos adicionais propostos	-	-	1.055	-	-	(1.055)	-	
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(352)	(352)	
Saldos em 31/12/13	12.741	247	1.055	-	-	-	14.043	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/13	31/12/12
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		1.606	1.398
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidade geradas pelas atividades operacionais:			
Resultado na baixa do imobilizado	8	7	2
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	17	759	933
Depreciação e amortização		714	704
Variações nos ativos e passivos			
Aumento em contas a receber		85	(31)
Redução (aumento) em impostos a compensar		5	13
Aumento de despesas antecipadas		(6)	(3)
Redução (aumento) em adiantamentos a funcionários		-	5
Aumento impostos e contribuições diferidas		(14)	-
Aumento em fornecedores		(29)	591
Redução em obrigações trabalhistas e previdenciárias		5	-
Aumento em outras obrigações		-	(1)
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher		10	8
Aumento na provisão para férias e 13º salário		2	8
Aumento em receita diferida		194	-
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(125)	(130)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3.213	3.497
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Redução em ativos vinculados - BNDES	7	43	37
Aquisição de imobilizado	8	(610)	(701)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(567)	(664)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Financiamentos pagos	12	(1.180)	(1.176)
Juros pagos sobre financiamentos	12	(762)	(948)
Dividendos pagos	13	(725)	(893)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(2.667)	(3.017)
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(21)	(184)
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa		86	270
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		65	86
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		(21)	(184)



CAPARAO

CNPJ nº 07.063.924/0001-86

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

1. **Contexto operacional:** A Caparaó Energia S.A. ("Companhia") é uma subsidiária direta da PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua São Bento 8, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico. A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nºs 369/1999 e 233/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Preto, entre os Municípios de Caiara Feliz, em Minas Gerais, e Dores do Rio Preto, no Espírito Santo, com capacidade de licença instalada de 4,5 Mw e uma linha de transmissão de 10,5 km de extensão. A contratação de energia gerada é feita pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de dezembro de 2008. Em 30 de dezembro de 2008, através do Despacho ANEEL nº 4.828, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, respectivamente, ambas com potência instalada de 2,25 Mw, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 4,5 Mw e energia anual assegurada de 22,8 GWh. O término de sua autorização se dará em 29 de dezembro de 2029. 1.1. Mecanismo de Realocação de Energia: A Companhia tem a totalidade da sua capacidade de geração hidrelétrica inserida no MRE, responsável por mitigar os riscos hidrológicos entre as usinas hidrelétricas que aderirem ao mesmo. Por força do PROINFA, todos os anos, sempre em setembro, a Companhia informa a sazonalização para a ELETROBRÁS considerar no Plano Anual do PROINFA do ano seguinte. As contabilizações são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassadas ao Agente de Comercialização do PROINFA (ELETROBRÁS), que, por sua vez, por força contratual repassa os seus efeitos à Companhia, no ano seguinte, em 12 parcelas. Por meio do Despacho ANEEL/SEM nº 335/13, de 08/02/13, as empresas titulares de empreendimentos incluídos no MRE ficaram autorizadas a revisar a sazonalização dos montantes de garantia física para o exercício de 2013, até 15 de fevereiro de 2013. Contudo, a revisão da sazonalização não foi solicitada pela ELETROBRÁS à Companhia. Os efeitos negativos da sazonalização ex-post informado pela ELETROBRÁS até o mês de outubro 2013 foi de R\$260, e a companhia projeta o valor de R\$194 para o exercício de 2013. A Administração acompanha o tema junto aos escritórios de advocacia para, caso necessário, adotar as providências cabíveis necessários. 1.2. Revisão da Garantia Física: De acordo com o previsto na Portaria MME 463/2009, a partir do quadragésimo oitavo mês de operação comercial serão revisados anualmente e, em seguida, semestralmente, os montantes de garantia física dos empreendimentos que apresentarem desempenho inferior às metas de geração líquida estabelecidas em 80 e 90%, respectivamente. Estimase a revisão para menor da garantia física desta PCH em 5%, limitado a 10% do total, que deverão ser objeto de publicações pelo MME em janeiro/2014, de modo que será percebido impacto financeiro apenas no exercício de 2015 da ordem de R\$166, sendo R\$55 referente aos ajustes de 2014 (1ª redução) e R\$111, referente aos efeitos da redução no próprio exercício de 2015. 2. **Apresentação das demonstrações contábeis:** 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). 2.2. Bases de elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. a. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. 3. **Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis. a. Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas no pagamento das obrigações de curto prazo. ii. Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou vencida. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. iii. Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. b. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, conforme legislação tributária vigente. c. Imobilizado: Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Considerando a conclusão das obras e o início das operações em dezembro de 2008, aliado ao custo do imobilizado atender aos requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia manteve o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. d. Depreciação: A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DANAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e 474, de 7 de fevereiro de 2012. A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL a PCH, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorização por mais 20 anos. b. Movimentação do custo no período:

dero relevante a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O contas a receber de clientes é formado por um único cliente - Eletrobrás via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6. • Risco mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas dos índices econômicos - TJLP (índice de reajuste do contrato de financiamento junto ao BNDES). A Companhia administra e mensura esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado. • Risco operacional: O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventos sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme Nota Explicativa nº 20. • Risco de liquidez: A Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa. O excedente de caixa é aplicado imediatamente no mercado financeiro em Certificado de Depósito Bancário (CDI) a taxas que variam de 96,5% a 101,8% em bancos de primeira linha. Assim, a Companhia garante uma caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias de curto e longo prazos, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas. • Risco de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,8% do CDI, conforme apresentado nas Notas Explicativas nº 5. Os passivos financeiros existentes abrangem basicamente saldos de financiamentos obtidos pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 12. Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na Nota Explicativa nº 19. • Gestão de capital: A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/13	31/12/12
Bancos	61	38
Aplicação financeira	4	48
	<u>65</u>	<u>86</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto aos Bancos do Brasil e Santander, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem compromisso de recompra a qualquer momento. 6. **Contas a receber:** Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. A Companhia registra o valor a receber referente à energia faturada conforme contratada pelo PROINFA. O período médio de crédito no conta a receber é de 35 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber. A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% do contas a receber passadas e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - Eletrobrás, inexistindo contas vencidas na data das demonstrações contábeis. 7. **Ativos vinculados - BNDES:** O saldo registrado em 31 de dezembro de 2013, refere-se aos recursos recebidos pelas controladas indiretas, decorrentes da venda de energia gerada, e que estão vinculados ao BNDES. Esses ativos estão classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado. Conforme descrito na Nota explicativa nº 12, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira no Fundo BB Comercial 17, com taxas que variaram entre 93,0% e 100,6%, do CDI, de liquidez imediata e baixo risco, junto ao Banco do Brasil, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta deverá ser utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento.

8. Imobilizado: a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa média ponderada de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/13	31/12/12
				Líquido	Líquido
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	-	354	-	354	2.241
Turbina hidráulica	2,50%	2.426	239	2.187	2.353
Conduto forçado	3,13%	844	133	711	737
Gerador	3,33%	1.685	279	1.406	1.462
Comporta	3,33%	269	45	224	233
Subestação unitária	3,57%	1.986	351	1.635	1.706
Casa de força produção hidráulica	2,00%	15.809	1.568	14.241	14.511
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	789	24	765	254
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	516
Outros	3,65%	2.155	418	1.737	1.821
		<u>26.317</u>	<u>3.057</u>	<u>23.260</u>	<u>23.834</u>

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta na Resolução nº 233, de 27 de junho de 2005, da ANEEL, a qual concede à PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorização por mais 20 anos. b. Movimentação do custo:

Descrição	31/12/11	Adições	Baixas	Transferências	31/12/12
					31/12/13
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	353	-	-	-	353
Turbina hidráulica	1.811	609	-	-	2.420
Conduto forçado	844	-	-	-	844
Gerador	1.681	4	-	-	1.685
Comporta	269	-	-	-	269
Subestação unitária	1.986	-	-	-	1.986
Casa de força produção hidráulica	15.704	60	-	-	15.764
Reservatório, barragem, adutora	256	17	-	-	272
Adiantamento a fornecedores	516	-	-	-	516
Outros	2.140	11	(2)	-	2.149
	<u>25.559</u>	<u>701</u>	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>	<u>26.258</u>
Depreciação	(1.808)	(621)	5	(2.424)	-
Saldo	<u>23.751</u>	<u>80</u>	<u>3</u>	<u>23.834</u>	-

Descrição	31/12/12	Adições	Baixas	Transferências	31/12/13
					31/12/13
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	353	1	-	-	354
Turbina hidráulica	2.420	6	-	-	2.426
Conduto forçado	844	-	-	-	844
Gerador	1.685	-	-	-	1.685
Comporta	269	-	-	-	269
Subestação unitária	1.986	-	-	-	1.986
Casa de força produção hidráulica	15.764	47	(2)	-	15.809
Reservatório, barragem, adutora	272	521	(4)	-	789
Adiantamento a fornecedores	516	28	(544)	-	-
Outros	2.149	7	(1)	-	2.155
	<u>26.258</u>	<u>610</u>	<u>(551)</u>	<u>-</u>	<u>26.317</u>
Depreciação	(2.424)	(633)	-	-	(3.057)
Saldo	<u>23.834</u>	<u>(23)</u>	<u>(551)</u>	<u>-</u>	<u>23.260</u>

No exercício de 2013, a Companhia revisou os saldos de adiantamentos a fornecedores e reconciliou com os valores em aberto, no passivo na conta de fornecedores, resultando na baixa de R\$544 do saldo existente em 31 de dezembro de 2013. Ressalta-se que a Administração da Companhia permaneceu em negociação com os EP/Cistas para o encerramento e obtenção do termo de quitação do contrato EPC. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de fornecedores reflete o atual estado das referidas negociações e, na avaliação da Administração, não haverá quaisquer passivos adicionais até a obtenção do termo de quitação previsto para ocorrer durante o exercício de 2014. 9. **Intangível:** Refere-se aos programas ambientais constantes nas licenças de operação, e gastos para regularização de serviços que ainda não foram registradas no RGI. Em 31 de dezembro de 2013, foram estimados os valores de R\$ 680 e R\$ 36, respectivamente, e registrados. 10. **Diferido:** Os gastos pré-operacionais foram totalmente amortizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$82 em 31 de dezembro de 2012) e incluíam basicamente despesas administrativas e de remuneração e encargos dos funcionários e da Administração. 11. **Transações com partes relacionadas:** O controle final da Companhia é exercido pelo acionista Petróleo Brasileiro S.A. - Petrosbras e Bloco Original (composto pelas empresas BSB Energética S.A. e Eletrotriver S.A.), visto que estes são acionistas diretos da Brasil PCH S.A. (controladora direta da PCH Participações S.A.), conforme estabelecido em acordo de acionistas. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de distribuições de dividendos da Companhia para sua controladora.

	31/12/13	31/12/12
Passivo circulante		
PCH Par Participações S.A - Dividendos a pagar	704	348
PCH Par Participações S.A - Dividendos a pagar	352	-
	<u>1.056</u>	<u>348</u>

Remuneração da Administração: Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 05 de março de 2013, foi aprovada a remuneração global da Administração da Companhia para o período de janeiro a dezembro de 2013 em, no máximo, R\$65 (R\$60 em 2012). A Diretoria da Companhia é composta por dois diretores com remuneração anual de R\$62.

12. Financiamentos:

	Indexador	31/12/13	31/12/12
BNDES:	TJLP + 3,5% a.a.		
Principal		6.770	7.950
Encargos		1.812	1.816
Total		<u>8.582</u>	<u>9.766</u>
Parcela de curto prazo		1.236	1.248
Parcela de longo prazo		7.346	8.518
Total		<u>8.582</u>	<u>9.766</u>

Em 13 de abril de 2006, a Companhia, visando buscar recursos para implementação do projeto, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato está sendo paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal e juros atualizados da dívida divididos pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante:

2015	1.049
2016	1.049
2017	1.049
2018	1.049
2019 a 2021	3.150
	<u>7.346</u>

Mutação dos financiamentos em 2013:

Saldo inicial	9.765
Encargos provisionados	759
Pagamentos	(1.942)
Saldo final	<u>8.582</u>

As garantias são apresentadas conforme a seguir: (i) Em 4 de abril de 2006, através de contrato suporte com o BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta da Companhia, se comprometeram a honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Brasil PCH S.A., da PCH Participações S.A. e da Caparaó Energia S.A. até a quitação das obrigações junto ao BNDES; (ii) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras vantagens com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos; (iii) Constituição de conta de reserva vinculada, proveniente da venda de energia à Eletrobrás. A conta foi aberta no Banco do Brasil S.A., que atuará como banco administrador de contas, indicado pela Companhia e aprovado pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação; (iv) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos dessa operação; e (v) Não realização, sem autorização do BNDES, de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio enquanto não estiver preenchida a conta "Reserva do serviço da dívida", mencionada no item (iii) acima. Com vistas a atender cláusula do contrato de financiamento com o BNDES, segue-se o demonstrativo do Índice de Capitalização Próprio (ICP), calculado conforme contrato, em 31 de dezembro de 2013:

Patrimônio líquido	14.043
Total do ativo	25.038
ICP	56,08%

O índice apurado na data é superior ao ICP de 20% exigido pelo BNDES. 13. **Patrimônio líquido:** a) Capital social: O artigo 5º do Estatuto da Controladora informa a existência de um capital aprovado da ordem de R\$12.741. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social subscrito e integralizado é de R\$12.741 e está representado por 5.245.272 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reservas: Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. Reserva especial: Constituída com o objetivo de registrar a destinação dos resultados da Companhia até que o seu fluxo de caixa futuro permita tal distribuição sem riscos financeiros relevantes durante o período da concessão nos termos do artigo 202, parágrafo 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76. Reserva de retenção de lucros: Constituída com o objetivo de registrar a retenção de lucros para cobrir o orçamento de capital nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. c) Dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2013, foram pagos dividendos de ações ordinárias referentes ao exercício de 2012, no montante de R\$ 725, resta um saldo a pagar de R\$704 mil. Os dividendos referentes ao exercício de 2013 foram calculados conforme segue:

Lucro do exercício	1.481
(-) Base de cálculo	1.481
(-) Reserva legal	(74)
(-) Base de cálculo do dividendo	1.407
Dividendos obrigatórios	352
Dividendos adicionais propostos	<u>1.055</u>

14. **Contingências:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis, ambientais e de caráter comercial. Com base na posição de seus assessores jurídicos, não há processos envolvendo a Companhia em que a probabilidade de perda seja classificada como provável. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída.

15. Conciliação da receita operacional líquida:

	31/12/13	31/12/12
Receita operacional bruta:	4.242	4.219
Venda de energia elétrica	4.436	4.219
Ajuste de MRE	(194)	-
Deduções à receita operacional:	(162)	(154)
PIS	(29)	(27)
COFINS	(133)	(127)
Deduções ao ajuste MRE:	8	-
PIS diferido	1	-
COFINS diferido	7	-
Receita operacional líquida	<u>4.088</u>	<u>4.065</u>

16. Despesas administrativas:

	31/12/13	31/12/12
Pessoal	83	88
Serviços de terceiros	4	20
Viagens	4	5
Publicação	1	2
Arrendamentos e aluguéis	16	13
Outras despesas administrativas	8	29
	<u>116</u>	<u>157</u>

17. Resultado financeiro:

Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(1)	(8)
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(759)	(933)
Outras despesas	(4)	(14)
	<u>(764)</u>	<u>(955)</u>

Receitas financeiras:

Rendimentos de aplicações em renda fixa	53	69
Outras receitas	-	1
	<u>53</u>	<u>70</u>

Resultado financeiro

	<u>(711)</u>	<u>(885)</u>
--	--------------	--------------

18. **Imposto de Renda e contribuição social:** A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/13	31/12/12
Receita bruta	4.436	4.436
IR (*)	4.436	4.219
CSLL	4.219	4.219
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	53	53
Base de cálculo	408	585
Alíquota nominal	25%	9%
Imposto sobre o resultado	102	53
Diferença de alíquota	(24)	-
	<u>78</u>	<u>53</u>
Receita ajuste MRE	(194)	(194)
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%
Base de cálculo	(16)	(23)
Alíquota nominal	25%	9%
Imposto diferido sobre o resultado	(4)	(2)
Imposto total	<u>74</u>	<u>51</u>
	<u>78</u>	<u>52</u>

(*) Até o limite de R\$240 mil a alíquota do IR é de 15%. 19. **Instrumentos financeiros:** Os valores contábeis referentes aos ativos e passivos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, se aproximam, substancialmente, dos seus correspondentes valores de mercado. A Companhia não efetuou operações com derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que representam risco para a Companhia. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. Os cenários possível e remoto apresentam a deterioração dos preços considerando oscilação na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a essa mesma data. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera a variação para 31 de dezembro de 2014: CDI (10,40%) e TJLP (5%).

Operação	Exposição 31/12/13	Risco	Impacto	Cenário I (Provável)		Cenário II (Deterioração de 25%)		Cenário III (Deterioração de 50%)	
				31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Aplicação Financeira Ativos Vinculados ao BNDES	4	Baixa do CDI	Resultado	-	-	-	-	-	-
Financiamentos BNDES	487	Baixa do CDI	Resultado	51	38	26	26	26	26
	(8.582)	Alta do TJLP	Resultado	(429)	(536)	(644)	(644)	(644)	(644)

20. **Cobertura de seguro:** Seguro de responsabilidade civil: A Companhia contratou cobertura de seguro para indenizações por danos civis no montante de R\$589, com vigência até 28 de abril de 2014, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizada pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais sinistros